

Entre a norma e o gesto: práticas de cuidado numa oficina de pintura em contexto institucional¹

Between Norm and Gesture: Care Practices in a Painting Workshop within an Institutional Context

Entre la norma y el gesto: prácticas de cuidado en un taller de pintura en contexto institucional



José Maria Carvalho

Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal.

carvalhoze10@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem o propósito de analisar como o cuidado se configura numa oficina de pintura em contexto institucional, explorando de que modo a prática artística reconfigura gramáticas de ação no trabalho social. Com base numa investigação qualitativa de inspiração etnográfica, desenvolvida ao longo de dois anos de observação participante e conversas informais com técnicos e utentes, analisamos as práticas à luz da ética do cuidado, das sociologias pragmáticas e da tipologia de Laforgue. Os resultados evidenciam três modalidades de cuidado: um cuidado com os outros, na copresença e coautoria; um cuidado para os outros, ligado à manutenção hospitaleira do espaço; e um cuidado sem os outros, marcado pela contenção ética, pela espera ativa e pelo respeito ao silêncio e ao retraimento. A oficina mostra-se, assim, como dispositivo ético-estético capaz de acolher presenças, hesitações e ausências, valorizando o “trabalho sem os outros” como forma discreta, mas decisiva, de cuidado.

Palavras-chave: cuidado; vulnerabilidade; sociologias pragmáticas; arte; trabalho social.

¹ Agradeço profundamente ao Centro de Apoio Social do Pisão, estendendo o meu reconhecimento à sua direção e seus responsáveis institucionais, bem como aos diversos profissionais e funcionários que tornaram possível o acompanhamento das atividades e a permanência nos terrenos. Agradeço ainda, e sobretudo, aos residentes do Pisão que, com generosidade, sensibilidade e disponibilidade, partilharam as suas experiências, os seus gestos e as suas criações. Finalmente, uma palavra de gratidão à entidade financiadora do projeto, a Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal. Bolsa de Doutoramento (ref.: 2020.07755.BD).

Abstract: This article aims to analyze how care is configured in a painting workshop within an institutional context, exploring how artistic practice reconfigures grammars of action in social work. Based on a qualitative, ethnographically inspired investigation conducted over two years of participant observation and informal conversations with staff and users, we examine practices through the lens of care ethics, pragmatic sociology, and Laforgue's typology. The results highlight three modalities of care: care with others, through co-presence and co-authorship; care for others, linked to the hospitable maintenance of space; and care without others, characterized by ethical restraint, active waiting, and respect for silence and withdrawal. The workshop thus emerges as an ethical-aesthetic device capable of accommodating presences, hesitations, and absences, valuing "work without others" as a discreet yet decisive form of care.

Keywords: care; vulnerability; pragmatic sociology; art; social work.

Resumen: Este artículo tiene como propósito analizar cómo se configura el cuidado en un taller de pintura en contexto institucional, explorando de qué modo la práctica artística reconfigura gramáticas de acción en el trabajo social. A partir de una investigación cualitativa de inspiración etnográfica, desarrollada a lo largo de dos años de observación participante y conversaciones informales con técnicos y usuarios, examinamos las prácticas a la luz de la ética del cuidado, de las sociologías pragmáticas y de la tipología de Laforgue. Los resultados muestran tres modalidades de cuidado: un cuidado *con* los otros, en la copresencia y la coautoría; un cuidado *para* los otros, vinculado al mantenimiento hospitalario del espacio; y un cuidado *sin* los otros, marcado por la contención ética, la espera activa y el respeto al silencio y al retraimiento. El taller se revela, así, como un dispositivo ético-estético capaz de acoger presencias, vacilaciones y ausencias, valorizando el "trabajo sin los otros" como forma discreta pero decisiva de cuidado.

Palabras-Clave: cuidado; vulnerabilidad; sociologías pragmáticas; arte; trabajo social.

Submetido em: 06 de novembro de 2025

Aceito em: 29 de abril de 2026

1. Introdução

Nos últimos anos, o cuidado adquiriu centralidade nas ciências sociais e no debate público, deixando de ser pensado como uma tarefa periférica e de matriz primordialmente feminina, confinada ao espaço doméstico, para se afirmar como chave analítica da interdependência e da responsabilidade coletiva face ao fenómeno da vulnerabilidade. Esta viragem ocorre num contexto de reconfiguração das políticas sociais, com a transição de uma filosofia universalista para dispositivos de ativação e responsabilização, tornando o cuidado simultaneamente objeto e operador político. É neste quadro que a arte, frequentemente subsumida a categorias instrumentais ("animação", "ocupação", "terapia"), pode ser repensada como modalidade específica de cuidado: uma prática situada, estética e relacional, capaz de sustentar presenças, hesitações e silêncios sem as traduzir imediata e automaticamente em incompetências individuais.

Partindo de uma investigação qualitativa e de inspiração etnográfica realizada no Centro de Apoio Social do Pisão (CASP), mais especificamente no acompanhamento de uma oficina de pintura dinamizada junto de indivíduos com diagnóstico de doença mental severa, este artigo interroga como o cuidado se compõe na prática quando inserido no contexto das atividades artísticas. Em vez de avaliar a arte à luz dos seus efeitos clínicos ou produtivos, rastreamos o curso das situações, descrevendo gestos mínimos, ajustes, contenções e arranjos que fazem a oficina "funcionar" como espaço de acolhimento, possibilidade e criação.

O CASP é uma instituição de acolhimento de longa duração localizada na região da Grande Lisboa (Portugal), integrada no sistema nacional de segurança social e gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais com vista a garantir o fornecimento de respostas sociais dirigidas a pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial. Acolhe predominantemente indivíduos com diagnósticos de doença mental severa, frequentemente associados a trajetórias marcadas por institucionalização prévia, fragili-

dade socioeconómica e ruturas nas redes familiares. Para além do acompanhamento clínico e social, a instituição organiza diversas atividades estruturadas no quotidiano dos residentes, entre as quais oficinas ocupacionais e expressivas, incluindo a oficina de pintura analisada neste artigo.

O contributo teórico assenta no diálogo entre a ética do cuidado, as sociologias pragmáticas da ação e a proposta tipológica de Laforge (2009) sobre as modalidades de trabalho social e de atenção ao frágil e ao singular. Este enquadramento permite analisar a oficina como um território relacional heterogéneo, onde se alternam e compõem diferentes gramáticas de ação.

O artigo responde a três perguntas orientadoras: *(i)* de que modo a oficina artística reconfigura o cuidado no interior de uma instituição para lá da tutela e do protocolo? *(ii)* como se compõem e reorganizam as modalidades de trabalho com os outros, trabalho para os outros e trabalho sem os outros no quotidiano da oficina? e *(iii)* que implicações tem esta leitura para a compreensão da vulnerabilidade e para a prática profissional em contextos de institucionalização? Ao abordar a recusa, o silêncio e o retraimento, não tanto como falhas, mas, outrossim, como modos legítimos de estar, propomos alargar o léxico do cuidado a formas discretas de presença e de não-intervenção.

Metodologicamente, mobilizamos a observação prolongada no terreno e diários de campo que registam falas, gestos, ritmos e usos do espaço, privilegiando uma descrição densa e situada. Em vez de impor uma grelha classificatória rígida, acompanhamos as situações para mostrar como a tessitura do cuidado se consubstancia em composições práticas: ora colaborativas e coprodutivas (“trabalho com os outros”), ora substitutivas e ambientais (“trabalho para os outros”), ora deliberadamente contidas e silenciosas (“trabalho sem os outros”). O argumento plasmado neste artigo desenvolve-se em três passos fundamentais: (1) enquadramento teórico sobre cuidado, vulnerabilidade, gramáticas da ação, ambivalências institucionais do cuidado e explicitação da abordagem pragmática; (2) clarificação do dispositivo metodológico; e

(3) análise das modulações do cuidado na oficina artística a partir de anotações registadas no diário de campo, mostrando como a arte opera como dispositivo ético-estético de sustentação da vida quotidiana em contexto institucional. Concluímos, por fim, com a sinalização de algumas implicações analíticas e práticas para o delineamento de políticas sociais e para o exercício de profissões de trabalho social, sugerindo que cuidar também pode ser abrir espaço, adiar a interpelação e permitir o silêncio...sem abdicar da responsabilidade.

2. Enquadramento teórico

2.1. A emergência do cuidado e da vulnerabilidade como questão social e sociológica

O cuidado tem vindo progressivamente a ocupar um lugar central na agenda das ciências sociais, adquirindo maior visibilidade no espaço público e, até, no debate político. Onde outrora o cuidado era, sobretudo, entendido como uma atividade marginal e tradicionalmente atribuída às mulheres na esfera privada, atualmente tornou-se uma chave analítica fundamental para cogitar a interdependência social e a responsabilidade das instituições face aos que, seja por que motivo for, se encontram numa situação de vulnerabilidade.

Esta inflexão não é alheia ao contexto mais amplo das transformações que as políticas sociais contemporâneas têm sofrido. Noutros termos, a emergência do cuidado na discussão científica e público não se pode dissociar da reconfiguração dos modos de governação e intervenção social, designadamente, da passagem de modelos universalistas e protecionistas para dispositivos orientados para a ativação, responsabilização e subjetividade dos indivíduos (Castel, 2009; Duvoux, 2009; Genard; Cantelli, 2008). Neste novo panorama, os indivíduos são simultaneamente convocados como sendo responsáveis pelo seu percurso e como sendo vulneráveis que carecem de capacitação. Por conseguinte, a vulne-

rabilidade torna-se mais do que apenas um estado de carência, constituindo um operador político, uma condição que justifica a intervenção, não sem redefinir os termos da mesma.

Fundamental para esta inflexão foram os contributos de Tronto (1998), para quem o cuidado deve ser analiticamente encarado como uma atividade genérica que inclui tudo o que é feito com vista à manutenção e reparação do mundo. Justamente devido a este alargamento conceptual, é que de acordo com a autora não há democracia sem cuidado, argumentando em favor de uma ética relacional capaz de ultrapassar a dicotomia (com raízes no liberalismo clássico e no iluminismo) entre autonomia e dependência. Este passo teórico foi essencial para estudos mais recentes, como os de Mol (2008), nos quais se propõe uma distinção entre a lógica da escolha e a lógica do cuidado: enquanto a primeira privilegia a decisão autónoma, racional e individualizada, a segunda valora a atenção contínua, situada e relacional. Ademais, a autora chama a atenção para o facto de o cuidado ser, mais do que um ideal abstrato, um modo prático de fazer as coisas funcionarem, remetendo a análise para as situações concretas e fazendo depender a qualidade do cuidado da capacidade de adaptação dos indivíduos às contingências dos contextos da ação. Ainda mais longe vão os contributos de Bellacasa (2011), que concebe o cuidado como um gesto político-epistemológico que transforma o modo como os indivíduos se relacionam quer com os outros humanos como com seres e entidades não-humanos. Segundo a autora, o cuidado é, ao mesmo tempo, gesto e afeto, saber e prática de manutenção, sendo indispensável à vida social.

Ora, transversal às abordagens citadas é a ideia de que o cuidado não é apenas uma atividade funcional, mas uma prática moral e política situada, que envolve a corporalidade e a afetividade, exigindo julgamentos complexos em contextos de incerteza. De resto, todas estas perspetivas se alinham com a emergência de uma antropologia da vulnerabilidade (Genard; Cantelli, 2008), à luz da qual todos os sujeitos estão expostos à interdependência, à contingência e ao risco. Butler (2004), por exemplo, defende que a

vulnerabilidade não deve ser entendida como uma deficiência ou falta, mas, outrossim, como condição constitutiva da vida conjunta. Na mesma linha, Genard e Cantelli (2008) afirmam que, no lugar da antropologia disjuntiva, assistimos atualmente à consolidação de uma antropologia conjuntiva, de acordo com a qual os indivíduos são concomitantemente considerados capazes e frágeis.

Constata-se, pois, que a centralidade do cuidado e a temática da vulnerabilidade andam a par. O cuidado constitui um operador de mediação entre a vulnerabilidade e a ação, entre a dependência e a capacitação. É precisamente nesta ambiguidade que se localiza o interesse sociológico pelo cuidado: não como uma simples prática de assistência, mas antes como um dispositivo ético, político e institucional, redefinindo os contornos do justo e do reconhecível. Paperman e Laugier (2006) alertam exatamente para isso, lembrando que o cuidado é uma prática de atenção ao detalhe, ao particular, ao frágil, uma modalidade de fazer justiça às biografias que não se enquadram facilmente nos modelos clássicos de autonomia.

A crescente institucionalização do cuidado, verificada na larga maioria dos organismos que trabalham junto de indivíduos em situação de vulnerabilidade, trouxe à discussão a sua dimensão organizacional e profissionalizada, questionando as novas gramáticas de ação convocadas por aqueles que realizam o trabalho social. Desta forma, a compreensão do cuidado não pode deixar de abranger as tensões existentes entre afeto e norma, entre singularidade e protocolo, entre presença e técnica. Como estes diferentes ingredientes do trabalho social se compõem no plural nas situações concretas do trabalho social – e particularmente do trabalho realizado através da arte – é o mote deste artigo.

2.2. Cuidado sob tutela: ambivalências do cuidado institucional

A ambiguidade nas práticas concretas de cuidado é particularmente patenteada em contextos de institucionalização, uma vez que o ato de cuidar é indissociável de formas de vigilância, contro-

lo e normalização. As instituições, pelo mandato que exercitam, não se limitam a cuidar para preservar a vida, tendo igualmente por fito a regulação de comportamentos e a administração de condutas. Tal ambivalência foi estudada por Fassin (2004), cujos trabalhos descrevem as novas formas de intervenção pública sobre vidas vulneráveis. Em nome do cuidado, argumenta o autor, são mobilizados dispositivos de controlo, razão pela qual considera que a política institucional oscila entre compaixão e suspeita, entre humanismo e controlo. Já Goffman (1961), aliás, havia identificado como os indivíduos são desprovidos da sua identidade social anterior e submetidos a processos de despersonalização no seio das instituições totais.

A literatura recente tem sublinhado a natureza paradoxal das práticas de cuidado em instituições, apontando que estas são simultaneamente lugares de proteção e de opressão, de atenção e de silenciamento. O cuidado, neste sentido, não é um estado fixo ou imutável, mas uma ação situada, atravessada por tensões e dilemas morais. No limite, como adverte Tessier (2011), o próprio cuidado pode ser realizado enquanto injunção, isto é, como imperativo normativo. A propagada necessidade de restituir a autonomia pode tornar-se uma forma de exercer pressão, fomentando nos indivíduos uma responsabilização por si mesmos em ambientes que, frequentemente, não oferecem as condições para que tal suceda.

Ora, daqui decorre que os profissionais do trabalho social são, simultaneamente, agentes do cuidado e da norma. É nesse terreno repleto de ambiguidades que se joga o sentido do cuidado: ele tanto pode ser um gesto sensível e atento, como igualmente uma imposição. Paperman (2015) observa corretamente que o cuidado profissionalizado exige uma permanente negociação entre fazer bem e fazer certo, entre o envolvimento pessoal e o distanciamento técnico. Essa tensão agudiza-se em instituições onde a realização prática do cuidado é mediado por protocolos e procedimentos burocráticos que, amiúde, entram em contradição com as necessidades concretas dos indivíduos.

Evidentemente que, no seio desta ambivalência, surgem gestos mínimos, espaços intersticiais onde o cuidado se reinventa. As práticas de cuidado não são exclusivamente determinadas pela organização institucional, sendo também compostas pelo tato e pelo improviso, mesmo nas margens da norma (Mol; Moser; Pols, 2010). E é justamente nesses espaços que as atividades artísticas, como a pintura, podem constituir dispositivos alternativos de realizar o trabalho social, onde a presença do profissional deixa de ser simplesmente tutela e se torna acompanhamento silencioso ou, até, ausência deliberada. A partir da observação etnográfica de uma oficina de pintura, o modo como a arte é convocada para o trabalho social será objeto de análise nas secções seguintes.

2.3. O trabalho social como prática situada: gramáticas e composições no plural

Temos vindo a constatar que a prática do trabalho social não se deve cingir à aplicação automática de normas e códigos pré-estabelecidos, tampouco à execução mecânica de procedimentos técnicos. Trata-se, acima de tudo, de uma ação situada e moralmente investida, atravessada por acontecimentos inesperados, dilemas, improvisações e juízes permanentes. Neste sentido, as sociologias pragmáticas oferecem ferramentas analíticas fecundas no que concerne à auscultação da dimensão prática, incerta e contingencial do trabalho social. Esta abordagem recomenda que se observe os indivíduos nos seus modos de engajamento com o mundo, com os outros e consigo mesmos nas situações concretas em que têm de decidir, ajustar, cuidar e compor.

Partindo da proposta de Boltanski e Thévenot (1991), que assinalam a existência de várias ordens de grandeza, podemos compreender o trabalho social como uma prática que implica uma constante transição e composição entre princípios de justificação socialmente reconhecidos. Ao invés de supor que a ação dos profissionais se estriba num único critério normativo, os autores afirmam que a ação se desenrola num terreno moralmente he-

terogéneo, onde se articulam, contingencial e situacionalmente, diversas gramáticas morais. Mais do que modelos normativos estáveis, estas ordens de justificação coexistem, entram em tensão, exigindo dos profissionais um trabalho de discernimento e composição prática. Assim, o trabalho social consiste numa forma de exercitar a justiça em relação com o outro, implicando, para além do conhecimento técnico, uma calibragem moral.

Posteriormente, Thévenot (2006), no seu trabalho a solo, alarga e aprofunda esta perspetiva através da noção de regimes de engajamento, distinguindo formas de agir de cariz mais público e justificado (regime de justificação) de outras modalidades mais habituais e práticas, íntimas e afetivas (regime em familiaridade). Este passo é crucial para adensar a compreensão de como os profissionais transitam entre diferentes modos de envolvimento com os utentes. Com efeito, nem sempre está em jogo a justificação pública das ações por referência ao bem-comum; muitas vezes, o cuidado consubstancia-se em gesto tácitos, num “saber fazer com o outro” que contorna a normatividade formal. Esta perspetiva é retomada e aplicada a contextos marcados por vulnerabilidades extremas por autores como Breviglieri ou Cefaï, averiguando as composições práticas de diferentes gramáticas de ação. Breviglieri (2005, 2010, 2013) enaltece que o cuidado consiste num engajamento com o outro que exige afinação, escuta e disposição para a copresença. Cefaï (2010, 2015), por sua vez, demonstra que o trabalho social ocorre em situações tensas e ambíguas, onde as categorias instituídas não são suficientes para orientar a ação. Consequentemente, cabe ao profissional fazer uso de uma sensibilidade prática, capaz de identificar o que está em jogo em cada ocasião e ajustar-se ao seu às mesmas.

Nesta senda, Laforgue (2009) propõe uma tipologia de formas de trabalho social, possibilitando operacionalizar estas gramáticas de ação em função da relação estabelecida com os indivíduos em condição de institucionalização. Tal tipologia distingue quatro modalidades de intervenção que, embora analiticamente separáveis, podem coexistir na prática, compondo-se consoante as cir-

cunstâncias concretas. A primeira modalidade, o “trabalho sobre os outros”, remete para uma gramática corretiva ou disciplinar, predominantemente normativa, e tende a acentuar a assimetria da relação. Por sua vez, num outro registo, “o trabalho com os outros” incentiva a coprodução da intervenção, preconizando uma atuação profissional dialógica e participativa, na qual a escuta, o envolvimento e a construção conjunta de objetivos são essenciais. Esta modalidade implica a adoção de uma gramática sensível, arimada na reciprocidade e na negociação, reconhecendo o outro como indivíduo ativo na definição do seu próprio percurso. O “trabalho para os outros” caracteriza-se por uma atuação de natureza substitutiva: o profissional age em nome do outro, face à sua fragilidade extrema ou incapacidade de agir por moto próprio, desposando uma gramática tendencialmente compassiva. Finalmente, o “trabalho sem os outros” constitui, a nosso ver, a modalidade mais paradoxal e, provavelmente, a mais negligenciada na literatura. Referindo-se às situações em que o beneficiário se encontra ausente, retraído ou recusa ostensivamente a tentativa de intervenção, esta modalidade está longe de equivaler ao fracasso da ação. A originalidade da proposta de Laforgue consiste em convidar a analisar esta recusa perante os profissionais como um espaço de cuidado potencial, no qual se atua em silêncio ou por mediações indiretas, na expectativa de criar condições futuras de vínculo. Esta modalidade convoca uma gramática da singularização (mas de modo distinto do “trabalho com os outros”), na medida em que respeita a opacidade do outro, a sua inviolabilidade, e reconhece que o cuidado nem sempre se manifesta na intervenção direta.

É esta quarta modalidade que, do nosso ponto de vista, se revela particularmente fecunda para pensar o papel das atividades artísticas nas instituições. Em contextos onde o contacto direto pode ser experimentado como ingerência indevida, onde a palavra se pode tornar excessiva, ou onde os indivíduos se retiram para preservar a sua integridade, o trabalho social pode continuar a operar mesmo sem o outro, todavia ainda em benefício do outro. O “sem”, aqui, não significa necessariamente abandono; possível-

mente, significa respeito pela inviolabilidade da experiência, reconhecimento da sua distância e, eventualmente, da necessidade de recolhimento. Esta forma de cuidado silencioso, que não passa por uma resposta nem pela reciprocidade imediata, constitui uma dimensão muitas vezes negligenciada do trabalho social, contudo, crucial para o sucesso da intervenção.

Em suma, a proposta de Laforgue (2009) permite compreender o trabalho social não como um modelo único de intervenção, mas como um curso de ação conjunta que arregimenta diferentes gramáticas, compondo-as e ajustando-as às situações e necessidade concretas. Além disso, permite reconhecer que a ausência do outro pode, em certos casos, ser relevante e necessária para o exercício de um cuidado eficaz. No caso específico das atividades artísticas, como veremos mais adiante, essa dimensão é não só possível, como, sobretudo, intrínseca à própria natureza da criação.

Cumprido, no entanto, sublinhar que a abordagem aqui adotada – enraizada nas sociologias pragmáticas – se distancia de um pensamento tipológico no sentido clássico do termo. Ao invés de operar com categorias fixas e mutuamente exclusivas, o enfoque pragmatista privilegia a análise das situações concretas e das composições contingentes da ação. A tipologia proposta por Laforgue (2009) é, neste sentido, mobilizada não como um modelo normativo ou classificatório, mas como uma cartografia provisória de formas de engajamento, imanentes ao curso das interações. Ao serem lidas como gramáticas da ação, estas modalidades tornam-se compatíveis com o pensamento pragmático: não encerram a ação em quadros rígidos, mas permitem descrever os ajustamentos, hesitações e composições plurais que caracterizam o trabalho social na sua realização prática. Assim, mais do que um fim analítico, a tipologia funciona aqui como um instrumento operativo para seguir os modos diversos de cuidar, tal como se tecem nas dobras da vida institucional.

Importa, contudo, explicitar o recorte analítico adotado neste artigo no interior do campo mais amplo dos estudos do cuidado. Como anteriormente referido, autoras como Tronto (1998), Mol

(2008) ou Puig de la Bellacasa (2011) têm vindo a sublinhar a dimensão relacional, processual e, em certos casos, mais do que humana do cuidado, enfatizando a sua inscrição em redes heterogêneas que incluem dispositivos, materialidades e arranjos sociotécnicos. Sem desconsiderar esses contributos, a presente análise opta por um enfoque situado, centrado nas gramáticas de ação que se compõem nas interações concretas em contexto institucional. Neste sentido, a tipologia proposta por Laforgue (2009) é mobilizada como instrumento analítico principal, na medida em que permite descrever empiricamente as formas de engajamento no cuidado tal como se manifestam no curso das situações observadas. As contribuições da ética do cuidado são, assim, mantidas como horizonte conceptual mais amplo, enquanto a análise se concentra na descrição das composições práticas e relacionais do cuidar.

2.4. Arte e cuidado: expressão, presença e composição plural no trabalho social

As atividades artísticas, quando desenvolvidas em contexto institucional, são, regra geral, enquadradas por categorias instrumentais como “animação”, “terapia ocupacional” ou “atividade de reabilitação”. Estas designações, pese embora operacionais, tendem a reduzir a arte à sua utilidade terapêutica ou funcional, negligenciando a experiência que lhe é própria enquanto envolvimento expressivo na coordenação do curso da ação. Ora, a proposta subjacente ao presente artigo passa por considerar a arte como uma modalidade específica de cuidado, que escapa à linguagem clínica. É que a arte, neste contexto, não visa propriamente curar nem explicar. A sua potencialidade reside no facto de permitir habitar o tempo e o espaço institucional de outra maneira, reconfigurando a experiência dos participantes através de gestos silenciosos, escolhas cromáticas, ritmos próprios. Como se pôde observar no CASP, muitos residentes utilizam a pintura, não tanto como meio de comunicação, mas como modo de se sustentarem e recomporem em silêncio, sem serem interpelados, nem interpretados por outrem.

Este engajamento constituído por longos momentos de silêncio, inerentes à atividade de criação artística, abre caminho para uma reconceptualização do trabalho social. Em vez de a arte ser entendida como mero complemento terapêutico ou ocupacional, propomos abordá-la como forma específica de cuidado, dotada de uma gramática própria de ação, vincadamente estética, sensorial e corporal, atenta ao gesto e ao não-dito. Com base na já referida proposta de Laforgue (2009), o presente artigo parte da hipótese inicial de que as atividades artísticas em instituições compõem, de forma singular, os diferentes tipos de trabalho social, articulando momentos de copresença, substituição, contenção normativa e, sobretudo, de cuidado à distância e indireto. Pretende-se demonstrar como, em certas circunstâncias, a oficina artística pode funcionar como trabalho com os outros, por via da colaboração e da partilha; trabalho para os outros, ao manter o espaço acessível e acolhedor mesmo na ausência dos participantes; e até como trabalho sobre os outros, quando introduz formas de convivência regulada.

No entanto, o principal contributo teórico que este artigo pretende aportar prende-se com a valorização da quarta modalidade proposta por Laforgue (2009), o trabalho sem os outros. Longe de remeter para a ausência de ação ou fracasso da intervenção, este tipo de trabalho revela-se particularmente fértil quando analisado a partir do ângulo da criação artística. A recusa, o silêncio ou o retraimento dos participantes da oficina não são aqui entendidos como interrupções do seu envolvimento nas atividades, mas como modos legítimos de estar, que podem convocar uma ação profissional discreta, lateral ou mesmo deliberadamente ausente.

Destarte, o objetivo deste artigo é compreender de que modo a criação artística, enquanto ação situada e sensível, permite reconfigurar o curso do trabalho social, desencadeando formas plurais de cuidado que escapam às gramáticas convencionais de intervenção direta. Debruçamo-nos, em particular, sobre a potencialidade da arte para sustentar uma presença não-invasiva, criar um espaço de proteção subjetiva da inviolabilidade do outro, sem que isso implique a suspensão do cuidado. Ao explorar empirica-

mente essa hipótese, pretende-se contribuir para uma reflexão mais ampla sobre os modos possíveis de agir em contextos de vulnerabilidade institucionalizada.

3. Metodologia

A proposta analítica avançada neste artigo decorre de um trabalho de investigação de natureza qualitativa e de inspiração etnográfica, realizado no CASP, uma instituição de acolhimento prolongado localizada na Grande Lisboa, integrada na rede pública de respostas dirigidas a pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial. A instituição funciona em regime residencial, assegurando acompanhamento continuado a indivíduos com diagnósticos de doença mental severa e persistente, frequentemente associados a trajetórias marcadas por institucionalização prévia, fragilidade socioeconómica e enfraquecimento das redes familiares. Embora heterogénea, a população residente era maioritariamente composta por adultos e masculina, com percursos longos de contacto com instituições de saúde mental, sendo recorrentes situações de isolamento social e de enfraquecimento dos vínculos sociais.

O quotidiano institucional organiza-se em torno de rotinas e atividades estruturadas, incluindo momentos de acompanhamento técnico, atividades ocupacionais e espaços de convívio, com níveis diferenciados de exigência e participação. É neste contexto que a oficina de pintura observada adquire particular relevância, na medida em que opera segundo uma lógica menos prescritiva, não exigindo participação contínua nem orientando a ação por critérios de desempenho, permitindo formas de presença mais abertas, marcadas pela possibilidade de silêncio, hesitação ou retraimento.

O dispositivo metodológico mobilizado estribou-se na presença prolongada no terreno por parte do investigador e na atenção particular à espessura das situações vividas. Durante um período de aproximadamente dois anos, foi realizada uma observação direta regular (com graus de participante diversos) no recinto institucional, mas, especificamente, no espaço da oficina de pintura,

acompanhando as atividades, os seus participantes e os profissionais envolvidos. Esta observação teve como preocupação central captar o modo como se dá o engajamento na prática artística, bem como os efeitos relacionais, afetivos e espaciais que daí derivam. Complementarmente, foram realizados registos de campo sistemáticos, sob a forma de notas etnográficas, procurando dar conta não apenas do que era dito, mas também dos silêncios, dos gestos, dos usos do espaço e dos ritmos próprios da atividade. A descrição densa (Geertz, 1973) constituiu, assim, o princípio orientador da escrita, permitindo apreender a dimensão sensível e situada das ações conjuntas observadas.

Foram ainda conduzidas conversas informais com técnicos da instituição, com o intuito de compreender a forma como interpretam e valorizam as atividades artísticas no conjunto mais vasto do trabalho social. Importa sublinhar que, mais do que recolher discursos “sobre” a oficina, o objetivo foi perceber como os profissionais pensam e ajustam, no quotidiano, o seu envolvimento com este espaço, ora promovendo a participação, ora aceitando o retraimento dos utentes. A instituição articula-se ainda com uma rede mais ampla de cuidados, incluindo serviços de saúde mental e respostas sociais no território, o que contribui para moldar as condições em que as práticas observadas se desenvolvem.

O investigador assumiu uma posição de observador participante com graus variáveis de envolvimento ao longo do trabalho de campo, oscilando entre momentos de presença mais discreta e situações de interação mais direta com profissionais e residentes. Essa implicação não é entendida como elemento exterior ao processo de conhecimento, mas como condição da própria observação, na medida em que o acesso às cenas, aos ritmos da oficina e às formas de envolvimento dos participantes foi sendo construído relacionamente. Tal posição implicou também limites: nem todas as situações eram igualmente acessíveis, e a interpretação do que se observava exigiu atenção constante às condições concretas em que a presença do investigador era aceite, tolerada ou secundarizada.

Do ponto de vista epistemológico, esta investigação não pretende produzir generalizações, mas antes iluminar a pluralidade de sentidos que o engajamento na criação artística pode assumir no seio de um dispositivo institucional de cuidado. O seu foco está na dimensão processual e contingente do trabalho social, tal como ele se dá na oficina de pintura. Importa, neste sentido, afirmar que a metodologia adotada não visa uma objetivação externa do fenómeno observado, mas a construção de uma interpretação situada, que reconhece o lugar do investigador enquanto presença implicada no terreno.

Ao invés de seguir um modelo pré-definido de análise de dados, optou-se por um exercício analítico próximo da escrita reflexiva, onde as cenas empíricas são mobilizadas como pontos de entrada para problematizar conceitos e hipóteses, à luz do quadro teórico anteriormente delineado. Esta escolha metodológica decorre da convicção de que é no cruzamento entre experiência vivida e elaboração conceptual que se torna possível captar o que está verdadeiramente em jogo na relação entre arte, cuidado e trabalho social.

4. Modulações e ajustes do cuidado na oficina artística

A análise dos dados recolhidos no terreno (mais concretamente, na oficina de pintura do CASP) permite observar a composição prática e situada de diferentes formas de trabalho social, tal como definidas na tipologia de Laforgue (2009). A oficina não se apresenta como um espaço unívoco, mas como um território relacional heterogéneo onde se exercem, de forma alternada ou composta, distintas gramáticas de cuidado. A seguir, analisam-se três modalidades específicas observadas no campo, para além da forma mais clássica e já robustamente documentada do trabalho sobre os outros: o trabalho com os outros, o trabalho para os outros e o trabalho sem os outros.

As formas de cuidado aqui analisadas devem ser compreendidas à luz do contexto institucional descrito, marcado por rotinas estruturadas e por dispositivos com diferentes graus de prescrição.

4.1. Trabalho com os outros através da arte: colaboração e simetria na criação

Na oficina de pintura do CASP, o cuidado manifesta-se muitas vezes sob a forma de um trabalho com os outros, no qual profissionais e residentes constroem conjuntamente o curso e o sentido da ação. Trata-se de uma modalidade que se afasta da lógica corretiva ou diretiva (típica do “trabalho sobre os outros”) e se aproxima de uma gramática de colaboração e simetria. O profissional não substitui o gesto do residente, mas cria condições para que este possa decidir, experimentar, explorar e, afinal de contas, criar. Como se verá nas anotações seguintes, a oficina funciona como um espaço onde a criação artística se torna ocasião para praticar uma ética relacional (Tronto, 1998), uma lógica de cuidado situada (Mol, 2008) e uma atenção ao particular (Paperman; Laugier, 2006).

A situação desenrola-se em torno de um residente recentemente integrado na oficina, que se preparava para iniciar a sua primeira tela. Estava sentado diante da mesa de trabalho, com a tela ainda em branco, alguns esboços feitos a lápis de carvão pousados ao lado e uma gravura de um barco que consultava repetidamente. Alternava o olhar entre a imagem e a superfície vazia, hesitando antes de começar.

A anotação de campo descreve a situação nos seguintes termos:

Um novato no atelier prepara-se para iniciar a sua primeira tela. Quer pintar um barco, pelo que, a pedido da monitora, antes de começar a pintar na tela, desenhcou alguns esboços a lápis de carvão e tem uma gravura de um barco para lhe servir de referência. Estando ao seu lado, pergunto-lhe para que lhe servirá essa gravura. Ele responde-me que

irá pintar “a partir dali”, momento em que, por acaso, a monitora estava de passagem, interrompendo o seu curso e exclamando: “não é suposto imitar o barco. É suposto fazer o seu barco”. O residente riposta: “mas na imagem não se vê o lado de lá do barco!”. O sorriso estampa-se no rosto da monitora [e no meu], prontamente esclarecendo o residente: “a isso se chama perspetiva”, explicando-a em termos simples. E acrescenta: “assim é mais fácil para si imaginar”. O residente não ficou convencido e afirmou ter que ir consultar revistas em busca de novas gravuras. (Diário de Campo, 22/mai./2020).

Este episódio mostra como a monitora intervém na situação, não para dar uma solução técnica, mas para restituir a autoria ao residente. Ao convidá-lo a “fazer o seu barco”, abre espaço para a imaginação, mesmo diante da incerteza. Vemos aqui o cuidado em ato: a qualidade não se mede pelo produto final, mas pela capacidade de sustentar a ação em curso, apoiando sem substituir. É um cuidado que reconhece a vulnerabilidade, mas também a capacidade do outro. Mais do que uma instrução técnica, o gesto da monitora constitui um ato de redistribuição de agência: desloca a autoridade do saber da imagem-modelo para a criatividade do residente: em vez de impor uma norma estética ou um padrão de correção, a monitora legitima a incompletude e a dúvida como elementos constitutivos do processo criativo. O sorriso que acompanha a explicação sobre a “perspetiva” opera como mediação afetiva, reduzindo a assimetria da relação e inscrevendo a aprendizagem no registo do encorajamento, e não da correção coerciva. Note-se, a esse respeito, que a hesitação do residente – “mas na imagem não se vê o lado de lá do barco” – não é interpretada como incapacidade, mas como ponto de partida para imaginar.

Assim, o episódio permite observar como a oficina se torna um espaço onde a incerteza não é eliminada, mas sustentada. A qualidade do cuidado não está na transmissão de um conhecimento correto, mas na criação de condições para que o residente possa

experimental, adiar decisões e manter-se autor do seu próprio gesto criativo. É precisamente este deslocamento – de ensinar a “copiar bem” para ajudar a “imaginar o próprio barco” – que faz da oficina um lugar de cuidado e não apenas de aprendizagem técnica.

Dirigindo-se à monitora, Bonifácio [residente participante na oficina] diz: “só preciso de uma cor para terminar esta [referindo-se à tela que está a trabalhar], mas não sei qual é. Aplico mais verde ou cor-de-rosa?” A monitora riposta: “o que é que quer fazer do quadro? O que acontece se puser uma e outra?” Bonifácio retorna: “Está para aqui uma confusão de pensamentos” (...). (Diário de Campo, 23/abr./2021).

Aqui, mais uma vez, a monitora responde com uma pergunta em vez de fornecer uma resposta. A dúvida do residente é acolhida como parte legítima da experiência criativa. Ao devolver a questão, a profissional reafirma que o quadro é do residente, valorizando a sua incerteza como motor da ação. O gesto é significativo porque desloca a autoridade sobre a obra para o próprio residente, recusando a lógica de que existe uma resposta certa ou uma solução técnica a aplicar. A monitora não atua como especialista que dita a cor adequada, mas como parceira que abre espaço à experimentação. A incerteza expressa por Bonifácio — “está para aqui uma confusão de pensamentos” — é validada como parte constitutiva da criação, e não como falha a corrigir. Do ponto de vista da lógica do cuidado, este é um exemplo de como a qualidade se mede pela capacidade de sustentar a hesitação, permitindo que a escolha da cor seja não apenas técnica, mas também um momento de afirmação subjetiva. Além disso, o episódio evidencia a dimensão dialógica e relacional do cuidado: a resposta em forma de pergunta não visa encerrar a dúvida, mas manter o processo aberto, transformando a confusão em matéria de criação. É um modo de cuidar que não elimina a ambivalência, mas a acompanha, reconhecendo

que o gesto artístico pode emergir precisamente dessa oscilação entre cores, pensamentos e possibilidades.

A dada altura, vários residentes estavam parados, não avançando no trabalho: sentados nos seus lugares, inexpressivos. A monitora incentiva-os, afirmando: 'podem fazer o que bem entenderem. Aqui não há certo nem errado' (Diário de Campo, 29/jul./2020).

Nesta cena, a suspensão do julgamento ("não há certo nem errado") funciona como um gesto mínimo, mas poderoso, de cuidado. Ao aliviar a pressão da norma, a monitora restabelece a possibilidade de agir, mesmo quando a paralisia parecia dominar. Esse enunciado tem uma força particular em contexto institucional, onde os utentes estão muitas vezes habituados a ser avaliados e corrigidos. Ao explicitar que não existe um padrão de correção, a monitora desfaz a expectativa de avaliação e desloca a oficina para um território onde a ação criativa pode emergir sem medo do erro. Trata-se de um gesto de desnormalização, que afasta a gramática corretiva do "trabalho sobre os outros" para abrir espaço a uma gramática sensível e plural. O que está em jogo é a construção de um ambiente de confiança, onde a vulnerabilidade dos residentes (manifesta na imobilidade, no silêncio, na expressão inerte) não é tratada como incapacidade, mas como um estado legítimo do processo. A frase da monitora funciona como um dispositivo de hospitalidade: dá autorização para que qualquer gesto, mesmo mínimo ou hesitante, seja válido. Neste sentido, a oficina é reconfigurada como um espaço investido pela confiança, e não pela norma. Um espaço em que o cuidado se manifesta por aliviar o peso do julgamento e, assim, devolver ao sujeito a possibilidade de inventar, mesmo a partir da paralisia inicial.

Em conjunto, estes episódios ilustram como a oficina artística pode ser entendida como espaço de trabalho com os outros, no qual o profissional não atua em substituição, mas como presença que abre, sustenta e acompanha. É nesta gramática colaborativa que a arte, longe de ser apenas terapia ocupacional, se revela

como modalidade própria de cuidado: uma prática que respeita a inviolabilidade do outro e que transforma hesitações, dúvidas e silêncios em matéria legítima de criação e de vínculo.

4.2. Trabalho para os outros: a oficina como espaço de acolhimento e bem-estar

Para além dos momentos de colaboração ativa, a oficina artística no CASP revela também composições práticas em que o cuidado se manifesta através da criação e manutenção de um espaço disponível, ainda que este não seja, de imediato, ocupado ou mobilizado pelos utentes. Trata-se de uma forma de cuidado indireto, que não exige resposta nem coprodução, mas que se traduz na oferta de uma possibilidade ou promessa: a de vir, de estar, de permanecer. É neste sentido que propomos entender esta modalidade como trabalho para os outros, isto é, como uma gramática de ação que se realiza em nome do outro, reconhecendo que, em certas circunstâncias, proteger, acolher ou simplesmente manter pode ser a forma mais adequada de cuidar. Aqui, a intervenção profissional opera segundo uma gramática substitutiva e compassiva, oferecendo um suporte ambiental e afetivo que não exige engajamento recíproco imediato.

Ao entrar no atelier, alguns residentes não iniciam de imediato qualquer trabalho, permanecendo sentados, em silêncio, a observar os outros. Por vezes não chegam sequer a tocar nos materiais durante toda a sessão, mas a sua presença não é questionada pela monitora, que os deixa permanecer, sem pressão ou interpelação direta. (Diário de Campo, 15/jul./2020).

Esta cena mostra como a oficina se constitui como espaço de acolhimento silencioso. A ausência de cobrança ou obrigatoriedade de participação ativa constitui, por si, uma forma de cuidado. É um exemplo de “trabalho para os outros”, em que a ação do profissional não se traduz em intervenção direta, mas em manter as

condições para que o outro possa, se e quando quiser, participar. O que aqui se observa é uma suspensão deliberada da exigência de reciprocidade, em que o profissional reconhece que estar presente sem agir já constitui uma forma legítima de participação. Este reconhecimento tem um peso particular em contexto institucional, onde muitas vezes se espera dos residentes uma adesão ativa e mensurável às atividades propostas. Ao não interpelar nem pressionar, a monitora afirma que a simples presença (mesmo silenciosa e aparentemente “inativa”) tem um valor em si. É um cuidado que preserva a dignidade do residente, permitindo-lhe escolher o seu próprio ritmo e grau de envolvimento. Do ponto de vista ético, este gesto traduz uma forma de hospitalidade (Stavo-Debaugé, 2018), em que o espaço não é condicionado por critérios de utilidade, mas aberto ao frágil, ao hesitante e até ao ausente, que implica resistir à lógica institucional de avaliação e produtividade, que tenderia a ler a imobilidade como falha ou desperdício. Ao contrário, aqui a oficina é afirmada como um território de possibilidade, em que a mera disponibilidade do ambiente e da equipa constitui um bem comum.

23

Um residente chega ao atelier e, depois de alguns minutos, adormece sobre a mesa, deitando a cabeça nos braços. A monitora aproxima-se discretamente, certifica-se de que está confortável e afasta-se sem o despertar. Durante toda a sessão, o residente permaneceu adormecido, sendo deixado em paz. (Diário de Campo, 10/mar./2021).

Um residente entrou no atelier já visivelmente cansado e, depois de se sentar à mesa sem pegar nos materiais, permaneceu alguns minutos em silêncio, com o corpo progressivamente mais inclinado para a frente. Pouco depois, pousou a cabeça sobre os braços e adormeceu. O ambiente da oficina manteve-se tranquilo, sem sobressaltos ou interpelações. A monitora aproximou-se de forma discreta, observou-o brevemente para se certificar de que estava confortável e afastou-se sem o acordar. Durante o restante tempo da sessão, o residente permaneceu naquele estado, sem

que a sua presença fosse questionada ou redefinida como inadequada à atividade em curso.

Neste caso, a oficina não é apenas lugar de criação, mas também de refúgio e repouso. O facto de a monitora não acordar o residente nem considerar o sono um “desvio” é significativo: reconhece-se a legitimidade da sua forma de estar no espaço. Aqui, o cuidado aparece como substituição compassiva: em vez de exigir a sua participação, o profissional garante que o ambiente permanece seguro e acolhedor em nome do residente. Esta atitude ecoa o que Paperman (2015) descreve como a negociação permanente entre “fazer bem” e “fazer certo”: o “bem” aqui não é pintar, mas poder simplesmente estar num espaço protegido. Assim, o episódio ilustra como o “trabalho para os outros” pode significar agir em nome do outro precisamente ao não intervir, protegendo o seu direito ao repouso como parte do cuidado. Mais do que tolerância passiva, trata-se de uma decisão prática e moral que redefine o que conta como “participar”: não apenas pintar ou produzir, mas também repousar, recompor-se e ser reconhecido no seu próprio tempo.

As situações relatadas salientam que a oficina artística ultrapassa o registo estritamente produtivo ou terapêutico: ela acolhe sem exigir, permite sem condicionar, oferece sem pedir contrapartida imediata. É, assim, um claro exemplo de “trabalho para os outros”, onde o cuidado se traduz em sustentar o espaço e o tempo da experiência, mesmo quando não há criação visível. O que está em jogo não é apenas a atividade artística, mas a garantia de um ambiente de bem-estar, no qual a presença, o silêncio e até o sono são legitimados como formas válidas de participação.

4.3. Trabalho sem os outros: respeitar o retraimento como forma de cuidado...e de criação

Se o trabalho com os outros privilegia a copresença e a colaboração, e o trabalho para os outros enfatiza a manutenção de um espaço disponível, o trabalho sem os outros remete-nos para a forma mais discreta, ambígua e, talvez, mais radical de cuidado.

Como propõe Laforge (2009), esta modalidade parte do princípio de que o cuidado não exige reciprocidade imediata, nem pressupõe vínculo direto. Trata-se de agir em silêncio, de respeitar a ausência, de cuidar sem convocar. Neste regime, a ação profissional suspende a vontade de intervenção, renuncia à interrogação imediata e assume a opacidade do outro como legítima. O cuidado é exercido como contenção ética, como espera ativa, como presença silenciosa. A recusa, o retraimento ou o silêncio não são interpretados como falhas ou resistências, mas como formas legítimas de estar — ou de não estar — no mundo e na relação.

Em várias ocasiões, Bonifácio manteve-se longos períodos em silêncio, pintando sem trocar palavra com ninguém. Nem a monitora nem os colegas o interpelaram. O silêncio não foi interrompido, sendo respeitado como parte do processo criativo. (Diário de Campo, 19/jun./2020).

Aqui vemos uma forma de cuidado que se exerce pela não-intervenção. O silêncio de Bonifácio não é entendido como ausência de participação, mas como modo de estar. O profissional age justamente ao não agir: contém a vontade de interpelar, sustenta a possibilidade de que o silêncio também seja expressão. É um exemplo de “trabalho sem os outros”, onde a suspensão da reciprocidade imediata não equivale a fracasso, mas a respeito pela opacidade do outro, na esperança, inclusive, de ser essa a condição da criação artística. Este gesto traduz uma ética da atenção que não procura interpretar nem corrigir, mas aceitar. Ao legitimar o silêncio como parte do processo criativo, a oficina transforma a ausência de palavra em condição de possibilidade para uma outra forma de expressão. Cuidar, aqui, é aceitar que não há nada a “extrair” do sujeito, mas apenas criar condições para que o seu modo de estar — mesmo sem fala, mesmo sem resposta — seja reconhecido como válido.

Numa sessão, um residente recusou utilizar os pincéis disponibilizados, afastando-os da mesa e permanecendo

imóvel durante grande parte do tempo. Apenas no final, pegou num lápis e fez um pequeno traço numa folha. A monitora não insistiu nem questionou, limitou-se a permanecer presente, deixando que o gesto fosse o que o residente desejasse que fosse. (Diário de Campo, 3/nov./2020).

Este episódio mostra como o retraimento ou a recusa não são necessariamente sinais de desistência. O pequeno traço feito no final da sessão revela que, no interior da aparente ausência, há ainda espaço para uma expressão mínima. A decisão da monitora de não insistir nem forçar participação é, ela própria, um ato de cuidado silencioso, que legitima a possibilidade de o outro se afastar, de recusar, de estar à margem. O que emerge aqui é a importância de não confundir silêncio com vazio nem recusa com falha. O facto de o residente rejeitar os pincéis, mas mais tarde arriscar um traço a lápis, mostra que o retraimento pode conter uma potência latente, uma disponibilidade que se manifesta apenas quando o sujeito encontra o seu próprio tempo e a sua própria forma de se exprimir. Nesse sentido, o “traço mínimo” ganha densidade simbólica: não é apenas uma marca gráfica, mas a prova de que a participação pode assumir modalidades subtis, invisíveis a uma lógica de avaliação convencional. A atitude da monitora traduz uma postura de contenção: em vez de interpretar a recusa como obstáculo a ultrapassar, aceita-a como legítima e acompanha-a silenciosamente, criando um espaço seguro para que um gesto, por menor que seja, possa emergir. Não se trata de forçar resultados, mas de sustentar condições para que algo possa acontecer. É uma prática que reabilita o direito de não produzir, de recusar o enquadramento oferecido (os pincéis), e ainda assim permanecer incluído na oficina. E, com efeito, longe de ser ausência de cuidado, esta contenção revela-se como uma das suas formas mais exigentes: cuidar é, por vezes, esperar por um único traço, legitimar o quase-nada como gesto pleno.

Durante uma sessão, quando os restantes participantes já se encontravam distribuídos pelo atelier, um residente pediu expressamente para não ser observado enquanto pintava. Colocou a cadeira de modo a ficar de costas para o grupo e organizou os materiais de forma a delimitar um pequeno espaço de resguardo em torno de si. A monitora acolheu o pedido sem discussão, evitando circular por trás dele ou comentar o trabalho em curso. A atividade prosseguiu no restante espaço da oficina, mas em torno daquele gesto instalou-se uma distância respeitada por todos, como se o pedido tivesse redefinido.

O pedido explícito para não ser observado evidencia a necessidade de preservar uma esfera de intimidade na criação. A monitora, ao respeitar o desejo de invisibilidade, reconhece o direito do residente a não se expor, legitimando a sua distância. O cuidado, aqui, não é acompanhamento próximo, mas respeito pela retirada. Este gesto mostra que o processo criativo, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, pode implicar uma necessidade de recolhimento e de proteção contra o olhar do outro. A pintura, neste caso, não é apenas atividade partilhada, mas espaço de subjetivação íntima que só faz sentido se preservado de olhares exteriores. Ao aceitar não vigiar, não comentar e não circular em torno do residente, a monitora exerce uma forma de cuidado que consiste precisamente em não ocupar o espaço do outro. Trata-se de uma cena que desafia a lógica institucional dominante, muitas vezes assente na monitorização constante e na avaliação contínua. Aqui, a recusa de ser observado é validada, rompendo com a tendência de considerar a transparência e a visibilidade como critérios universais de participação. Assim, esta cena evidencia como o trabalho sem os outros não é abandono, mas uma modalidade de cuidado que protege a inviolabilidade da experiência. Permitir que o residente pinte sem ser visto é, paradoxalmente, uma forma intensa de reconhecimento: legitima o seu direito ao segredo, à opacidade, à construção de um espaço próprio, ainda que dentro de uma instituição coletiva. O cuidado, neste caso, não é tanto oferecer companhia, mas guardar a distância, assegurando que essa distância também é acolhida como parte do vínculo.

Em suma, estes episódios revelam que o trabalho sem os outros não equivale a ausência ou falha da intervenção, mas a uma forma particular de cuidado em que o silêncio, a recusa e a opacidade são reconhecidos como legítimos. Ao aceitar que nem sempre é necessário intervir ou interpretar, os profissionais exercem uma ética de contenção que amplia os modos possíveis de estar no espaço institucional. O retraimento torna-se, assim, não apenas um desafio, mas também um modo de criação e de cuidado.

5. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite sustentar que a oficina artística (no caso, de pintura) constitui um dispositivo privilegiado de cuidado em contexto institucional, não apenas pelas dinâmicas colaborativas do “trabalho com os outros” que imprime, tampouco somente pela constância hospitaleira do “trabalho para os outros”, mas, de modo particularmente fecundo, pela possibilidade de exercer cuidado através do “trabalho sem os outros”. Esta última modalidade, tantas vezes invisível nas grelhas de avaliação e nos protocolos de intervenção, revela-se decisiva para proteger a inviolabilidade da experiência de criação artística e, mais latamente, da vivência em ambiente institucional, legitimando o silêncio, a recusa e o retraimento como modos válidos de presença e, assim, ampliando o léxico do que conta como cuidar.

Ao reconhecer que nem toda a relação de cuidado exige co-presença, reciprocidade imediata ou justificação pública, esta gramática de contenção desloca a ênfase da performance e produtividade para a sustentação situada, da norma para o tato prático e da correção para a atenção ao frágil e ao singular. De uma perspectiva ética, trata-se de uma responsabilidade de não invadir: adiar a interpelação e acolher a opacidade. Implica contrariar a compulsão institucional de produzir efeitos visíveis, substituindo indicadores de “atividade” por indícios de disponibilidade.

Do ponto de vista organizacional, a valorização do “trabalho sem os outros” convoca uma outra arquitetura do cuidado: roti-

nas que protejam zonas de semi-privacidade e tolerem o “estar sem fazer” como forma legítima de participação; protocolos que reconheçam o direito a recusar, silenciar ou adiar, sem converter imediatamente o retraimento em problema a resolver; formação das equipas para a “capacidade negativa” (saber esperar, sustentar a incerteza), desenvolvendo competências de contenção tanto quanto de animação. Também os modos e formatos de avaliação institucional precisam de se recentrar em marcadores de disponibilidade (constância, hospitalidade, segurança subjetiva), para lá dos resultados quantificáveis e mensuráveis.

É que longe de significar abandono, o “trabalho sem os outros” mantém a relação por um fio deliberadamente ténue, preservando possibilidades futuras de vínculo. A oficina de pintura mostra que, quando o tempo do outro não coincide com o tempo da instituição ou da atividade aí desenvolvida, o cuidado pode consistir precisamente em não obrigar a coincidir. Ao fazê-lo, reconhece a vulnerabilidade como condição da vida institucional, sem a transformar de imediato numa incapacidade a reparar.

Como limitação do presente artigo, dever-se-á sublinhar que o estudo incide sobre um único contexto institucional e uma prática artística específica. Investigações futuras poderão comparar oficinas de diferentes linguagens, cruzar instituições com culturas organizacionais diversas e articular as perspetivas de utentes e profissionais na definição de indicadores sensíveis ao “trabalho sem os outros”. Ainda assim, a análise sugere uma conclusão robusta: cuidar, nas e através das oficinas de arte, é também saber retirar-se, instituindo um espaço onde o outro possa não responder, não explicar, não produzir e, precisamente por isso, recompor-se e criar. Em suma, ao trazer à luz o “trabalho sem os outros”, propomos alargar as fronteiras do cuidado em contexto institucional. Se o “com” dá voz e o “para” dá casa, o “sem” dá respiro: reconhece a distância, protege a intimidade e guarda a possibilidade, condição, porventura, mais elementar e mais exigente do cuidado.

Referências

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification:** les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BREVIGLIERI, Marc. Bienfaits et méfaits de la proximité dans le travail social. In: ION, Jacques (Ed.). **Le travail social en débat(s)**. Paris: La Découverte, 2005. p. 219–234.

BREVIGLIERI, Marc. De la difficulté à entrer en contact: l'enjeu phénoménal d'instituer des espaces sensoriels pour le travail social hors murs. **Ambiances**, [s. l.], v. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ambiances.345>. Acesso em: 29 abr. 2026.

BREVIGLIERI, Marc. L'«épuisement capacitaire» du sans-abri comme urgence? Approche phénoménologique du soin engagé dans l'aide sociale (gestes, rythmes et tonalités d'humeur). In: **Actes Éducatifs et de Soins, Entre Éthique et Gouvernance**, colloque international, Nice. 2010. Disponível em: <https://hal.science/hal-03248404/document>. Acesso em: 29 abr. 2026.

BUTLER, Judith. **Precarious life:** the powers of mourning and violence. London: Verso, 2004.

CASTEL, Robert. **La montée des incertitudes:** travail, protections, statut de l'individu. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

CEFAÏ, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 71–110, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100005>. Acesso em: 29 abr. 2026

CEFAÏ, Daniel. Outreach work in Paris: a moral ethnography of social work and nursing with homeless people. **Human Studies**, v. 38, n. 1, p. 137–156, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10746-014-9328-y>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DUVOUX, Nicolas. L'injonction biographique dans les politiques sociales: spécificité et exemplarité de l'insertion. **Informations Sociales**, v. 156, n. 6, p. 114-122, 2009. Disponível em: - <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2009-6-page-114.htm>. Acesso em: 29 abr. 2026.

FASSIN, Didier. **Des maux indicibles**: sociologie des lieux d'écoute. Paris: La Découverte, 2004.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**: selected essays. New York: Basic Books, 1973.

GENARD, Jean-Louis; CANTELLI, Francesco. Êtres capables et compétents: lecture anthropologique et pistes pragmatiques. **Sociologies**, Toulouse, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologies.1943>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GOFFMAN, Erving. **Asylums**: essays on the social situation of mental patients and other inmates. Garden City, NY: Anchor Books/Doubleday, 1961.

LAFORGUE, Denis. Pour une sociologie des institutions publiques contemporaines: pluralité, hybridation et fragmentation du travail institutionnel. **Socio-logos. Revue de l'Association Française de Sociologie**, [s. l.], n. 4, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/socio-logos.2317>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MOL, Annemarie. **The logic of care**: health and the problem of patient choice. London: Routledge, 2008.

MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn; POLS, Jeannette (Eds.). **Care in practice**: on tinkering in clinics, homes and farms. Bielefeld: Transcript Verlag, 2010.

PAPERMAN, Patricia. L'éthique du care et les voix différentes de l'enquête. **Recherches Féministes**, v. 28, n. 1, p. 29-44, 2015.

Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1030992ar>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PAPERMAN, Patricia; LAUGIER, Sandra. L'éthique de la sollicitude. **Sciences Humaines**, n. 177, p. 44–47, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/sh.177.0006>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. Matters of care in technoscience: assembling neglected things. **Social Studies of Science**, v. 41, n. 1, p. 85–106, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306312710380301>. Acesso em: 29 abr. 2026.

STAVO-DEBAUGE, Joan. **Qu'est-ce que l'hospitalité**: recevoir l'étranger à la communauté. Montréal: Liber Canada, 2018.

TESSIER, Renaud. Le care comme injonction: de la sollicitude au contrôle. In: PAPERMAN, Patricia; LAUGIER, Sandra (Eds.). **Le souci des autres**: éthique et politique du care. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2011. p. 157–178.

THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel**: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006.

TRONTO, Joan Claire. An ethic of care. **Generations**, v. 22, n. 3, p. 15–20, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44875693>. Acesso em: 29 abr. 2026.